

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007063-88.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **ADRIANO PEDRO DE OLIVEIRA**
 Requerido: **Instituto Nacional de Seguro Social - Inss**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

ADRIANO PEDRO DE OLIVEIRA ajuizou a presente AÇÃO ACIDENTÁRIA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduz o autor em síntese que, no dia 29/05/2015, estava “tirando um cochilo” embaixo de um caminhão, quando o proprietário do mesmo saiu com pesado o veículo e passou por sua perna e corpo. Sustenta que devido ao acidente sofrido, teve uma redução óssea do fêmur, no lado direito, e seu tornozelo esquerdo ficou lesionado, tendo que se locomover de muleta. Alega que comunicou ao INSS o ocorrido e teve o benefício de auxílio doença indeferido. Requereu perícia médica e a procedência da ação condenando o instituto requerido a pagar o benefício acidentário. A inicial veio instruída por documentos às fls. 15/44, sendo que os documentos de fls. 21/28 dizem respeito

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a comprovantes de salário percebidos pelo autor junto a Empresa JOÃO WALDEMIR PAVANI ME, Contrato de Experiência, datado de 06/04/2015, declaração de opção para FGTS e declaração de opção pelo vale transporte.

Pelo despacho de fls. 47 foi determinada a realização de perícia, a solicitação dos antecedentes médico-previdenciários do autor bem como a relação de salários percebidos pelo obreiro nos últimos 48 meses além de laudos de insalubridade e perícias eventualmente realizadas. Na oportunidade facultou-se as partes a indicação de assistentes técnicos e oferecimento de quesitos.

O Ministério Público, pela manifestação de fls. 51 informou não ter interesse na presente demanda.

A citação do instituto requerido se deu a fls. 60 e na sequência, as fls. 62/67 ele ofertou sua defesa.

Ofícios expedidos às fls. 53/54 (ao INSS e ao empregador do autor – JOÃO WALDEMIR PAVANI ME) em cumprimento ao despacho de fls 47 conforme acima mencionado; na sequência, o INSS encartou os documentos de fls. 76/78, dando conta de que não foi localizado benefício previdenciário em nome de Adriano Pedro de Oliveira.

Na sua defesa, o instituto alegou que não foram devidamente comprovados os quatro elementos essenciais à caracterização do acidente do trabalho e do direito ao benefício de auxílio-acidente. Requereu a improcedência da ação.

Laudo pericial carreado às fls. 120/122.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor se manifestou às fls. 130/132 concordando com a prova pericial realizada.

O INSS deixou de manifestar em relação a perícia (certidão de fls. 135).

Declarada encerrada a instrução, apenas o autor apresentou memoriais (fls. 140/148).

A fls. 153/160 foi carreada aos autos cópia da petição inicial da ação proposta pelo autor em face do Supermercado União Serv Ltda e do Boletim de Ocorrência lavrado em razão face do acidente mencionado no referido processo (Processo n. 1001842-90.2016 – que narra o mesmo acidente). Nele a prova oral foi julgada preclusa, tendo em vista inércia por parte do autor, Sr.. Adriano Pedro Oliveira.

É o relatório.

DECIDO, antecipadamente a LIDE por entender que a cognição está completa, nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A demanda improcede, pelos fundamentos a seguir expostos.

Na inicial, o autor narra aquilo que entende ter representado um acidente do trabalho, más claramente não foi!

Segundo a narrativa do referido demandante em 29/05/2015, estava ele deitado "debaixo de um caminhão, tirando um cochilo, quando referido veículo foi acionado pelo motorista, tendo a roda do mesmo, passado por sua perna e parte do corpo, lesionando seu fêmur, tornozelo e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

danificado sua coluna" – fls. 02, item II.

Na época o autor tinha vínculo empregatício (fls. 21/28) com a empresa JOÃO WALDEMIR PAVANI ME, exercendo a atividade de Serralheiro. O contrato de experiência foi assinado em 06/04/2015, pouco menos de dois meses antes do acidente, que se deu, como já dito, em 29/05/2015.

A perícia médica realizada também deu conta que o autor apresenta redução de sua capacidade laborativa de caráter parcial e permanente.

Todavia, no caso não estamos tratando de um acidente de trabalho.

Como se sabe, "acidente do trabalho" é aquele que se manifesta pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte, ou perda, ou redução, permanente, da capacidade para o trabalho.

Integram, portanto, o conceito de acidente: a) o fato lesivo à saúde física ou mental; b) o nexo causal entre este e o trabalho; e c) a redução da capacidade laborativa.

O autor, não comprovou como lhe competia a ocorrência de um acidente típico do trabalho.

O endereço da Serralheria é Rua Osvaldo Denanri, 331 – Jd. Munique, que é bem distante de onde ocorreu o acidente (estacionamento do SUPERMERCADO UNIÃO SERV).

Os fatos se passaram por volta das 09:30 horas da manhã quando o autor deveria estar trabalhando mas estava dormindo em outro bairro atrás de um caminhão estacionado.

Como se tal não bastasse esse mesmo evento deu motivo para o ajuizamento de um outro processo em curso por esta Vara, movido


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pelo autor contra o estabelecimento comercial já nominado, cabendo ressaltar que na inicial da aludida LIDE (1001842-90.2016), narrando o mesmíssimo evento, o autor sustentou que estava esperando um colega que havia ido até um estabelecimento comercial e como havia ingerido bebida alcoólica na noite anterior, não se sentia muito bem; aliado ao fato de que na oportunidade fazia muito calor, procurou uma sombra na calçada, deitou e acabou pegando no sono.

Ou seja, nenhuma referência foi feita ao trabalho que então exercia.....

Na própria petição inicial fica evidente a condição de desemprego do autor, pois em diversas passagens, insiste no direito ao benefício a ser pago a um segurado desempregado.

É importante ressaltar ainda que o autor não reúne a condição de segurado indispensável para a concessão do benefício. No caso, o último vínculo empregatício do autor findou em 19/03/2012, mantendo a qualidade de segurado até 04/2013. O acidente, como exposto, ocorreu em 2015, data em que o autor não mais mantinha a qualidade de segurado.

Nesse contexto, diante da não comprovação da ocorrência do acidente de trabalho, descabe a concessão de benefício acidentário.

Nesse sentido:

COMARCA DE BEBEDOURO – 1ª VARA CÍVEL –
 PROCESSO N. 00049917-55.2014.8.26.0072 – Recorrente: JUÍZO “EX OFFÍCIO” – Apelante: INSS e Apelado: ALEXANDRO PEREIRA DA SILVA. Ementa: ACIDENTÁRIA – EVENTO TÍPICO – PERDA DE VISÃO DO OLHO ESQUERDO – ALEGADO ACIDENTE DE TRABALHO NÃO COMPROVADO – IMPROCEDÊNCIA. “A constatação do prejuízo funcional não gera direito ao benefício acidentário se o acidente de trabalho, do qual decorreu a lesão reclamada, não vem devidamente comprovado no substrato fático e probatório dos autos” – Sentença reformada por força do reexame necessário e do provimento da apelação do INSS.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta,
JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA PORTAL.

Ante a sucumbência, fica o autor condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do INSS que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor dado à causa. No entanto, deverá ser observado o disposto no art. 98, parágrafo 3º do CPC.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 21 de junho de 2018.

1007063-88.2015.8.26.0566 - lauda 6



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA